



PARECER ÚNICO RECURSO Nº 172/2017

Auto de Infração nº: 044633/2016	Processo CAP nº: 450877/16
Auto de Fiscalização/BO nº: M1609-2016-83468867	Data: 29/07/2016
Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, Art. 83, anexo I, código 122	

AUTUADO: Renan Andrade Bessa Guimarães	CNPJ / CPF: 704.055.651-00
Município: Paracatu/MG	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Giselle Borges Alves Gestora Ambiental com formação jurídica	1402076-2	Original Assinado
De acordo: Renata Alves dos Santos Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	Original Assinado
De acordo: Sérgio Nascimento Moreira Diretor Regional de Fiscalização Ambiental	1380348-1	Original Assinado

1. RELATÓRIO

Em 08 de agosto de 2016 foi lavrado pela PMMG o Auto de Infração nº 044633/2016, que contempla a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de R\$ 4153,65, por ter sido constatada a prática da seguinte irregularidade:

“Causar poluição ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar da população” (Auto de Infração nº 044633/2016).

Em 04 de julho de 2017, a defesa apresentada foi decidida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente, sendo mantida a penalidade de multa simples.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão e apresentou recurso, protocolado dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo art. 43, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, portanto tempestivo, no qual alega, em síntese, o seguinte:

- 1.1. Cerceamento de defesa pela “não de apreciação” do pedido quanto à nulidade do auto de infração por ausência de elementos indispensáveis a sua formação;
- 1.2. Nulidade do Auto de Infração por ausência de exame técnico;
- 1.3. Aplicação da atenuante prevista no Art. 68, I, alínea “e” do Decreto Estadual nº 44.844/2008;
- 1.4. Violação do devido processo legal;
- 1.5. Conversão de 50% da penalidade em medidas de controle e melhoria do meio ambiente.

2. FUNDAMENTO

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão. Não obstante, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:



2.1. Da alegação de cerceamento de defesa

Afirma o recorrente que não teve apreciado o pedido de nulidade do auto de infração por ausência de elementos indispensáveis a sua lavratura e, em razão disso, solicita a apreciação do argumento, sob pena de cerceamento de defesa.

No entanto, é importante elucidar ao recorrente que o argumento apresentado foi plenamente analisado no Parecer Único nº 56/2017, que subsidiou a decisão administrativa, conforme apreciação de fl. 36-verso, que segue *in verbis*:

“Afirma o autuado a existência de mácula no auto de infração diante de inobservância do devido processo administrativo, pois o auto não possuiria os elementos essenciais à sua formação. Mais uma vez, não possui razão o autuado, pois o presente Auto de Infração possui todos os requisitos de validade previstos no Decreto Estadual nº 44.844/2008, e o que se verificou in loco, no momento da fiscalização, é que o recorrente infringiu a legislação ambiental vigente e a realização da autuação, bem como o processamento do auto de infração em análise, ocorre em estrita obediência às normas processuais administrativos. Portanto, não possui motivos para se questionar a atuação realizada”.

Desta forma, não encontra respaldo fático e jurídico o argumento de cerceamento de defesa utilizado pelo recorrente.

2.2. Da alegação de nulidade por ausência de exame técnico

Afirma o recorrente a ausência de materialidade, uma vez que o agente que realizou a aferição técnica da infração e lavrou o Boletim de Ocorrência, não possuía competência sobre matéria ambiental, o que foi relatado por ele no documento, sendo remetido para 16ª CIA PM IND MAT, e que, portanto, o Auto de Infração foi redigido com base em ato de agente incompetente. Ressalta, ainda, que não foram juntados ao processo os relatórios e gráficos do decibelímetro, sendo os fatos narrados apenas indícios insuficientes como meios de prova. Entretanto, não assiste razão ao recorrente.

Quanto à alegação de ausência de competência técnica do agente fiscalizador, certo é que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possui convênio de cooperação administrativa, técnica, financeira e operacional com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, por meio do Convênio SEMAD nº 1371.01.04.01012, de 30 de março de 2012, o qual atribui, aos policiais militares, a função de fiscalizar e lavrar Autos de Infração por infração às normas ambientais.

Assim, ao contrário do que alega o autuado, a Polícia Militar de Minas de Minas Gerais possui atribuição para imposição de sanções administrativas por infrações às normas ambientais, não havendo que se cogitar nulidade do auto de infração.

Quanto a ausência de perícia técnica, é importante ressaltar que o Decreto Estadual nº 44.844/2008, que estabelece os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades no Estado de Minas Gerais, não prevê, além da vistoria *in loco*, a necessidade de realização de qualquer outro exame técnico para a constatação de infrações ambientais, sendo as mesmas verificadas durante a fiscalização e devidamente relatadas em Boletim de Ocorrência específico. Vejamos:



“Art. 30. Realizada a fiscalização, será lavrado de imediato o auto de fiscalização ou boletim de ocorrência, registrando-se os fatos constatados e as informações prestadas, observadas as diretrizes do inciso III do art. 27”.

Portanto, a ausência de perícia técnica não é apta a eximir o recorrente das penalidades aplicadas, por falta de embasamento para tanto, sendo certo que a PMMG verificou, no momento abordagem ao veículo, todas as características ensejadoras da infração. As circunstâncias específicas quanto à aferição técnica para apuração da materialidade, foram constatadas e descritas nos moldes estabelecidos pela legislação vigente, sendo suficientes as características constantes do Boletim de Ocorrência e do Auto de Infração em análise para a manutenção da penalidade aplicada.

2.3. A inaplicabilidade da atenuante prevista no Art. 68, I, alínea “e” do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

No tocante a alegação de colaboração do recorrente, sob o argumento de que este facilitou a fiscalização, não causou embaraço ou dificuldade à atuação da PMMG, é importante esclarecer que tal conduta constitui nada mais que sua obrigação para com a legislação, motivo pelo qual não foi verificada qualquer colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, o que não caracteriza a atenuante prevista na alínea “e”:

“e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;”

Assim, não se vislumbra a possibilidade de aplicação de quaisquer das atenuantes relacionadas no art. 68, do Decreto nº 44.844/2008. Logo, não há que se falar em qualquer tipo de vício formal ou material na lavratura do Auto de Infração em apreço.

2.4. Da observância do devido processo legal

No que tange a alegação do recorrente de que o valor da multa viola os Princípios do devido processo legal material, da Razoabilidade e Proporcionalidade, porque não é compatível com a pouca lesividade da infração, a mesma padece de fundamento jurídico válido, eis que a autuação foi realizada considerando os valores mínimos estabelecidos no art. 66, do Decreto nº 44.844/2008, considerando o tipo de infração verificada.

Da mesma forma, também não pode prosperar a alegação de que a irregularidade apontada no Auto de Infração está agasalhada pelo Princípio da Bagatela ou Insignificância, vez que o próprio Decreto Estadual nº 44.844/2008, art. 84, anexo II, código 214, definiu que se trata de infração considerada GRAVÍSSIMA.

Por tal motivo, não é admissível que uma infração de natureza gravíssima, prevista em norma ambiental vigente, possa ser considerada insignificante, conforme tenta fazer parecer o recurso.

2.5. Conversão de 50% da penalidade em medidas de controle e melhoria do meio ambiente.

Com relação ao pedido de conversão de 50% do valor da multa em medidas de controle ambiental, nos termos do art. 63, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, certo é que, conforme previsto no referido artigo, o primeiro requisito a ser cumprido pelo autuado para



fazer jus à conversão pleiteada é a comprovação da reparação do dano ambiental causado, o que é impossível diante da infração ser caracterizada como de natureza instantânea. Senão vejamos:

“Art. 63. Até cinquenta por cento do valor da multa de que tratam os arts. 60, 61, 62 e 64 poderão ser convertidos, mediante assinatura de Termo de Compromisso com o órgão ambiental competente, em medidas de controle, que poderão incluir ação reparadora a ser realizada em qualquer parte do Estado, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I - comprovação pelo infrator de reparação do dano ambiental diretamente causado pelo empreendimento e da adoção das medidas de controle ambiental exigidas pelo órgão ambiental competente;

II - comprovação do recolhimento do valor restante da multa, que não será convertido em medidas de interesse de proteção ambiental e de recursos hídricos, nos termos deste artigo se não aplicada a redução a que se refere o § 2º do art. 49;

III - o infrator possua atos autorizativos ambientais, ou os tenha formalizado, ainda que em caráter corretivo;

IV - aprovação pelo COPAM, CERH ou Conselho de Administração do IEF, da proposta de conversão elaborada pelo infrator. e

V - assinatura de Termo de Compromisso com o órgão ambiental competente, fixando prazo e condições de cumprimento da proposta aprovada pelos dirigentes dos órgãos ambientais competentes.” (Sem destaques no original)

Desta forma, uma vez que não há possibilidade de reparação do dano ambiental causado em razão da natureza da infração, não há que se falar na conversão requerida pelo recorrente, ante a impossibilidade de cumprimento de requisito exigido na norma supracitada.

Portanto, conforme restou demonstrado, a lavratura do Boletim de Ocorrência e do Auto de Infração, bem como a aplicação das penalidades em análise, se deram em expresse acatamento às determinações do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pelo recorrente e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à URC COPAM Noroeste de Minas, nos termos do art. 9º, “V”, “b” do Decreto Estadual nº 46.953/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** das penalidades aplicadas.